CONTRATO Nº 23/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DA BAHIA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS E A EMPRESA ROMA TECNOLOGIA E SISTEMAS DIGITAIS LTDA, PARA OS FINS QUE NELE SE DECLARAM.

O **ESTADO DA BAHIA**, neste ato representado pelo **Dr. FELIPE DA SILVA FREITAS** , titular da **SECRETARIA DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS - SJDH** CNPJ nº 49.238.316/0001-05, situada na na Avenida Luís Viana Filho, 3ª Avenida, nº 390, Plataforma IV, Centro Administrativo da Bahia, Salvador/BA, CEP 41.745-005, autorizado pelo Decreto de delegação de competência publicado no D.O.E. de 30 de outubro de 2024, doravante denominado **Contratante**, e a **EMPRESA ROMA TECONOLOGIA E SISTEMAS DIGITAIS,** CNPJ: 45.542.020/0001-22, situada na Rua ilha, nº 48, Itapuã, Salvador/BA, CEP 41.620-620, neste ato representado pelo, **Sr. ROBERMARLEI DOS SANTOS OLIVEIRA**, RG: 10.164.227-09 SSP/BA, CPF 812.919.495-34, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da **Dispensa de Licitação - INEXIGIBILIDADE nº 014/2026,** processo administrativo nº **082.17204.2024.0003145-82**, que se regerá pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e mediante as cláusulas e condições a seguir ajustadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 O objeto do presente instrumento é a Contratação especializada na prestação e serviços para adaptação, correção ou evolução do sistemas informatizados Passe Livre Intermunicipal, CIPTEA e Pandora, compreendendo analise, projeto, implementação, testes, treinamento e implantação, nas condições estabelecidas no Termo de Referência (art. 92, inciso I da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

1.2 Vinculam-se a esta contratação, independentemente de transcrição (art. 92, inciso II da Lei Federal nº 14.133, de 2021):

a) Termo de Referência;

b) Proposta da Contratada;

c) Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.3 O modelo de execução do objeto observará o disposto no TR/Habilitação.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência do Contrato é de **12 (doze) meses**, a contar da data da assinatura do Contrato, prorrogável até atingir o limite de 10 anos, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.2 A prorrogação de que trata esta Cláusula está condicionada à justificativa e autorização da autoridade competente para celebrar o ajuste, devendo as condições e preços permanecerem

vantajosos para o Contratante, permitida a negociação com a Contratada, observando-se, ainda, o cumprimento dos seguintes requisitos:

a) comprovação de que a forma de execução do objeto tem natureza continuada;

b) apresentação de relatório que discorra sobre a execução do Contrato e sua regularidade;

c) apresentação de justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na continuidade da execução contratual;

d) manifestação expressa da Contratada informando o interesse na prorrogação;

e) comprovação de que a Contratada mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3 A Contratada não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4 A prorrogação do Contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5 Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6 O Contrato não poderá ser prorrogado, quando for aplicada à Contratada (art. 44, §3º, inc. III, do Decreto nº 23.113, de 9 de outubro de 2024):

a) a sanção de impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado da Bahia;

b) a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, nos termos do art. 156, §5°, da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1 As regras de execução e de gestão do contrato constam no TR/Habilitação, anexo a este Contrato (art. 92 da Lei Federal nº 14.133/2021).

3.2 Fica indicado como gestor deste Contrato o servidor : **Murilo César Ferreira Barbosa –** matricula**: 09444102**

3.3 Ficam indicados como fiscais deste Contrato os servidores: **Luiz Alfredo Couto Domingues -** matricula: **92099394 e André Luiz Floquet Paim -** matricula: **92085529**

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1 O Contratante pagará à Contratada os valores estimados especificados no quadro abaixo:

ITEM	**Código SIMPAS**	**Descrição**	**Unidade de Fornecimento (UF)**	**Quantitativo**	**Valor unitário**	**Valor global**

Único	02.25.00.00124272-5	MANUTENÇÃO DE SISTEMA - Serviços para adaptação, correção ou evolução de sistemas informatizados existentes, compreendendo analise, projeto, implementação, testes, treinamento e implantação.	BA	1	**R$ 5.435,00**	**R$ 65.220,00**
					VALOR GLOBAL	**R$ 65.220,00**

5.1.1 Estima-se para o Contrato o valor global de **R$ 65.220,00 (sessenta e cinco mil duzentos e vinte reais).**

5.2. Nos preços contratados estão incluídos todos os custos com material de consumo, salários, encargos sociais, previdenciários, fiscais, comerciais e trabalhistas de todo o pessoal da Contratada, como também fardamento, transporte de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, tributos, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pela Contratada das obrigações.

5.3 O valor do Contrato referido nesta Cláusula é meramente estimativo, dependendo os pagamentos devidos à Contratada dos quantitativos efetivamente executados.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1 O prazo para pagamento à Contratada e as demais condições a ele referentes encontram-se definidos no TR/Habilitação, que constitui anexo deste Contrato (art. 92, incs. V e VI, da Lei Federal n° 14.133/2021).

CLÁUSULA SÉTIMA – MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO DO CONTRATO

Reajustamento em sentido estrito

7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 1 (um) ano contado de **19/08/2026**, data do orçamento estimado (art. 92, inc. V, e §3°, da Lei Federal n° 14.133/2021).

7.2 Após o interregno de 1 (um) ano, independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice INPC/IBGE.

7.2.1 Na hipótese de não reajustamento dos preços pelo Contratante, o requerimento de reajuste deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 131, parágrafo único, da Lei Federal n°14.133/2021, sob pena de preclusão.

7.3 Nos reajustamentos subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4 Na hipótese de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.4.1 A Contratada deverá apresentar a memória de cálculo referente ao reajustamento de preços correspondente a eventual valor remanescente.

7.5 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.6 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço no período remanescente do Contrato, por meio de termo aditivo.

7.7 O reajustamento será realizado por apostilamento, na forma do art. 136, inc. I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Outras causas de reequilíbrio econômico-financeiro

7.8 O reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro dependerá de requerimento da Contratada quando visar recompor o preço que se tornou insuficiente, devendo ser instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato.

7.8.1 O requerimento de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, nas hipóteses do art. 124, inc. II, "d", da Lei Federal nº 14.133/2021, deverá ser formulado pelo interessado no prazo máximo de 1 (um) ano do fato que o ensejou, sob pena de decadência, em consonância com o art. 211 da Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

7.8.2 Na hipótese de contratos de fornecimento ou serviços contínuos, o requerimento de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do Contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, sob pena de preclusão (art. 131, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021).

7.8.2.1 Fica convencionado que, nos casos de contrato de fornecimento ou serviços contínuos com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, o requerimento de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato deverá observar a disposição da subcláusula 7.8.1.

7.9 O Contratante, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período mediante justificativa, responderá a eventuais pedidos de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do

Contrato apresentado pela Contratada (art. 92, inc. XI, c/c art. 123, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021).

7.10 O processo de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro em favor do Contratante deverá ser instaurado quando possível a redução do preço ajustado para compatibilizá-lo ao valor de mercado ou quando houver diminuição, devidamente comprovada, dos preços dos insumos básicos utilizados no Contrato.

7.11 A Contratada não fará jus à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro caso quaisquer dos riscos por ela assumidos no Contrato venham a se materializar (art. 124, inc. II, "d", parte final, da Lei Federal nº 14.133/2021);

7.12 No caso de contratações de obras e serviços de engenharia, a hipótese de que trata a subcláusula 7.8.1 abrange as situações em que a execução contratual seja obstada pelo atraso na conclusão de procedimentos de desapropriação, desocupação, servidão administrativa ou licenciamento ambiental, por circunstâncias alheias à Contratada (art. 124, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DA CONTRATADA

Obrigações do Contratante

8.1 O Contratante, além das determinações contidas no (X)TR/Habilitação e demais componentes (X) aviso ou instrumento de contratação direta, bem como daquelas decorrentes de lei, obriga-se a:

a) exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com este Contrato e seus anexos, fornecendo por escrito as informações necessárias para a execução do objeto contratado;

b) receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no TR/Habilitação;

c) acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato e o cumprimento das obrigações pela Contratada;

d) intimar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto do Contrato, para que seja por ela substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas, no prazo indicado, certificando-se de que as soluções propostas pela Contratada são as mais adequadas;

e) comunicar-se com a Contratada para emissão de nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s) relativamente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei Federal nº 14.133/2021;

f) efetuar o pagamento à Contratada do valor correspondente à execução do objeto, conforme prazo, forma e condições estabelecidos no TR/Habilitação;

g) aplicar à Contratada as sanções previstas em lei e neste Contrato;

h) explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato apresentadas pela Contratada, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, no prazo definido na subcláusula 8.1.1;

i) responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro apresentados pela Contratada no prazo definido na subcláusula 7.9;

j) intimar os emitentes das garantias relativamente ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, §4º, da Lei Federal nº 14.133/2021);

k) assegurar-se, na hipótese de execução do objeto contratado em suas dependências ou em local por ele designado, que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela Contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho;

8.1.1 O Contratante, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do(s) requerimento(s) relacionado(s) à execução do Contrato, decidirá sobre todas as solicitações e reclamações apresentadas pela Contratada, admitida a prorrogação motivada do prazo, por igual período (art. 123 da Lei Federal n° 14.133/2021).

Obrigações da Contratada

8.2 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações decorrentes de lei e aquelas a seguir dispostas:

a) designar de sua estrutura administrativa um preposto permanentemente responsável pela perfeita execução do Contrato, inclusive para atendimento de emergência, servindo de interlocutor e canal de comunicação entre as partes, observado o art. 118 da Lei Federal nº 14.133/2021, cuja designação ou manutenção poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, hipótese em que a Contratada designará outro profissional para o exercício da atividade;

b) atender às determinações regulares emitidas pelo Contratante e prestar o(s) esclarecimento(s) ou informação(ões) por ele solicitado(s) (art. 137, inc. II, da Lei Federal nº 14.133/2021);

c) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo Contratante, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

d) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, nos termos das normas de regência, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

e) não contratar, durante a vigência do Contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor do Contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021;

f) quando não for possível a verificação da regularidade no Cadastro de Fornecedores, entregar ao setor responsável pela fiscalização do Contrato, junto com a nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s)para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda estadual, municipal ou distrital do domicílio ou sede da Contratada; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

g) manter durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou no procedimento de contratação direta;

h) prestar todo esclarecimento ou informação solicitados pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto;

i) executar o objeto sem solução de continuidade durante todo o prazo da vigência do Contrato e comunicar ao Contratante qualquer anormalidade ou acidente que interfira no bom andamento do Contrato;

j) paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

k) promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do Contrato;

l) conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local da execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

m) reparar, repor ou restituir, nas mesmas condições e especificações, dentro do prazo determinado pelo Contratante, os equipamentos e utensílios eventualmente recebidos para uso nos serviços objeto deste contrato, deixando-os em perfeita condição de funcionamento;

n) assegurar a seus trabalhadores ambiente de trabalho em condições adequadas ao cumprimento às normas de saúde, segurança e bem estar no trabalho e fazer com que seus empregados as respeitem, bem como atentar para as regras de cortesia no local onde serão executados os serviços;

o) responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

p) submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do TR/Habilitação e/ou Projeto Básico;

q) cumprir, durante todo o período de execução do Contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, devendo, sempre que solicitado pelo Contratante, indicar os empregados que preencherem as vagas correspondentes (arts. 92, inc. XVIII, e 116 da Lei Federal nº 14.133/2021);

r) atender as obrigações concernentes à aprendizagem de que trata o art. 429 do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis do Trabalho - CLT), Lei nº 14.395/2021, e normas regulamentares, em especial:

1) quando se tratar da contratação de serviços, recrutar, preferencialmente, como aprendizes, os estudantes indicados no art. 42 da Lei nº 14.395/2021, no percentual mínimo de 20% (vinte por cento) do quadro de aprendizes da Contratada.

1.1) na hipótese do item 1, a Contratada deverá apresentar ao fiscal ou responsável pela gestão e acompanhamento do Contrato, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contado do início efetivo da execução do objeto, a lista completa dos aprendizes, indicando aqueles selecionados no banco de dados de que trata a Lei nº 14.395/2021, devendo justificar, perante o Contratante, a eventual impossibilidade de seu cumprimento.

s) guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato;

t) arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, inc. II, “d”, da Lei Federal nº 14.133/2021;

u) observar a legislação federal, estadual e municipal, relativa ao objeto do Contrato, bem como as normas internas do Contratante;

v) alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste Contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

x) não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

y) providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes, necessários à execução do Contrato, arcando com os custos para sua obtenção;

w) efetuar pontualmente o pagamento de tributos que incidam ou venham a incidir sobre as suas atividades e/ou sobre a execução do presente Contrato;

z) emitir nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s) de acordo com a legislação, contendo descrição dos bens, obras e/ou serviços, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, indicando, conforme o caso, sua quantidade, preço unitário e valor total;

aa) realizar os serviços de manutenção e assistência técnica conforme prescrições do TR/Habilitação;

bb) fornecer as instalações, aparelhamento e pessoal técnico exigidos na licitação ou no procedimento de contratação direta;

cc) alocar, durante todo o período de execução do objeto, profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica e a equipe técnica mínima exigida no TR/Habilitação, admitindo-se a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pelo Contratante;

dd) responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato próprio, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

ee) promover, por sua conta e risco, transporte de bens;

ff) executar, quando for o caso, a montagem dos equipamentos, de acordo com as especificações e/ou normas exigidas, utilizando ferramentas apropriadas e dispondo de infraestrutura e equipe técnica necessárias à sua execução;

gg) ressarcir o Contratante pelos danos decorrentes de paralisação ou interrupção da execução do objeto contratado;

hh) realizar, quando exigido no TR/Habilitação, a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo ser exigida, inclusive, a capacitação dos técnicos do Contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

ii) tratando-se de obras, serviços e fornecimento de grande vulto, implantar Programa de Integridade, na forma do Decreto nº 23.356, de 17 de janeiro de 2025;

jj) providenciar o cadastramento de seu representante legal ou procurador no site www.comprasnet.ba.gov.br ou outro que venha a substituí-lo, para a prática de atos através do Sistema Eletrônico de Informações – SEI;

kk) manter atualizados os seus dados cadastrais, com a apresentação de documentos comprobatórios de mudança de endereços, inclusive eletrônicos (e-mail), telefones, composição societária, endereço dos sócios, contratos sociais e alterações;

ll) atender às obrigações de que tratam os Anexos deste Contrato;

Matriz de risco

8.3 A Matriz de Risco constitui parte integrante deste Contrato, independentemente de transcrição, na forma do **Anexo II** deste Contrato.

8.3.1 A Contratada não é responsável pelos riscos relacionados ao objeto do ajuste cuja responsabilidade tenha sido atribuída ao Contratante na Matriz de Risco, sem prejuízo da responsabilidade deste pelo cumprimento das obrigações elencadas na subcláusula 8.1.

8.3.2 A Contratada é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados ao objeto do ajuste a ela atribuídos na Matriz de Risco, sem prejuízo da sua responsabilidade pelo cumprimento das obrigações elencadas na subcláusula 8.2.

CLÁUSULA NONA – GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

9.1 As disposições sobre a garantia da contratação estão disciplinadas no TR/Habilitação.

CLÁUSULA DÉCIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 Constituem infrações administrativas para os fins deste Contrato, as condutas tipificadas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.2 Serão aplicadas à Contratada que incorrer nas infrações tipificadas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, as sanções previstas no art. 156 da mesma norma, observados os arts. 48 e 49 da Lei nº 14.634/2023 e a disciplina constante no Decreto nº 23.113/2024.

10.3 No que concerne à multa, será observado o disposto no subitem 10.14.

10.4 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante, observado o disposto na Lei n° 12.209, de 20 de abril de 2011 (art. 156, §9°, da Lei Federal nº 14.133/2021).

10.5 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7°, da Lei Federal nº 14.133/2021).

10.6 A apuração das infrações administrativas será realizada em processo administrativo sancionatório, conforme rito estabelecido nos arts. 51 e 52 da Lei nº 14.634/2023, com a observância das garantias da ampla defesa e do contraditório, na forma do Decreto nº 23.113/2024.

10.6.1 Será admitida medida cautelar destinada a garantir o resultado útil do processo administrativo sancionatório, de forma antecedente ou incidental à sua instauração, inclusive a retenção provisória do valor correspondente à estimativa da sanção de multa (art. 50, §2º, da Lei nº 14.634/2023).

10.6.2 O valor da retenção provisória a que se refere a subcláusula anterior não poderá exceder o limite máximo estabelecido no art. 156, §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021 (art. 50, §3º, da Lei nº 14.634/2023).

10.7 A apuração de infrações sujeitas exclusivamente à sanção de advertência ou de multa, isoladas ou cumuladas entre si, será realizada em processo sancionatório simplificado (art. 51 da Lei nº 14.634/2023).

10.7.1 Precederá a abertura do processo sancionatório simplificado a intimação do interessado a fim de que tenha ciência da imputação, observada a disciplina do art. 28 do Decreto nº 23.113/2024.

10.7.1.1 O ato de intimação deverá conter a descrição dos fatos ilícitos imputados, o enquadramento jurídico, a sanção aplicável e, no caso de multa, o respectivo cálculo.

10.7.1.2 Acompanhará o ato de intimação o termo de anuência que poderá ser firmado pelo interessado, caso manifeste a concordância com a imputação e com a sanção aplicável.

10.7.1.3 Assinado o termo de anuência no prazo assinalado, será promovida a aplicação da sanção cabível, procedendo-se aos devidos registros, encerrando-se o procedimento.

10.7.1.3.1 No caso de multa, o procedimento será encerrado após o seu efetivo recolhimento.

10.7.1.4 Caso o interessado não manifeste a concordância expressa com os termos da imputação, será promovida a abertura do processo sancionatório simplificado.

10.8. A apuração de conduta infrativa sujeita à sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, será realizada em processo de responsabilização (art. 52 da Lei nº 14.634/2023).

10.8.1. As sanções de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser atenuadas ou comutadas mediante a celebração de Termo de Transação Administrativa (TTA), observados os requisitos e condições estabelecidos em Regulamento específico (art. 55 do Decreto nº 23.113/2024).

10.9 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.10 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei Federal nº 14.133/2021 e art. 47, §3°, da Lei nº 14.634/2023).

10.11 A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos em lei e neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial (art. 160 da Lei Federal nº 14.133/2021 e art. 57 da Lei nº 14.634/2023).

10.11.1 Com a desconsideração da personalidade jurídica, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à
pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada.

10.11.2 Em todos os casos de desconsideração da personalidade jurídica deverão ser observados o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

10.12 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161 da Lei Federal nº 14.133/2021 e art. 55, §1°, da Lei nº 14.634/2023).

10.13 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme art. 60 da Lei nº 14.634/2023 e a disciplina prevista no Decreto nº 23.113/2024.

10.14 A sanção de multa observará as seguintes disposições:

10.14.1 Multa Compensatória

10.14.1.1 A multa compensatória, em caso de descumprimento total da **obrigação principal,** incidente sobre o valor global do contrato, será de: **0,5% (cinco décimos por cento),** (art. 8º, *caput*, e §1º do Decreto nº 23.313/2024).

10.14.1.1.1 Caso o cumprimento da **obrigação principal**, uma vez iniciado, seja descontinuado, a multa compensatória incidirá sobre a diferença entre o valor global do contrato e o valor da parte do fornecimento ou do serviço já realizado (art. 8º, §2º do Decreto nº 23.313/2024).

10.14.1.2 A multa compensatória, no caso de descumprimento de **obrigação acessória**, incidente sobre o valor do contrato, será de: **0,5% (cinco décimos por cento),** (art. 8º, §3º, do Decreto nº 23.313/2024).

10.14.2 Multa Moratória

10.14.2.1 O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora.

10.14.2.2 No caso de **obrigação principal**, a multa de mora diária, incidente sobre o valor da obrigação descumprida ou da estimativa arbitrada de seu custo, será de: **10% (dez por cento),** (art. 9º, §1º, do Decreto nº 23.313/2024).

10.14.2.3 No caso de **obrigação acessória**, a multa de mora diária, incidente sobre o valor da obrigação descumprida ou da estimativa arbitrada de seu custo, será de: **10% (dez por cento)**

10.14.2.4 O atraso injustificado do prazo fixado para **apresentação, suplementação ou reposição de garantia contratual** ensejará a aplicação de multa moratória diária de **10% (dez por cento)**, incidente sobre o valor da garantia contratual (art. 9º, §2º, do Decreto nº 23.313/2024).

10.14.2.4.1 A multa moratória não poderá superar o valor da própria garantia contratual.

10.14.2.5 A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 (art. 9º, §3º, do Decreto nº 23.313/2024).

10.14.2.6 Se o cálculo da multa moratória atingir o patamar correspondente ao valor máximo da multa compensatória, além da conversão em compensatória e aplicação das demais sanções previstas em lei, o recebimento do objeto deverá ser recusado, salvo justificativa escrita devidamente fundamentada (art. 9º, §4º, do Decreto nº 23.313/2024).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – EXTINÇÃO CONTRATUAL

11.1 O Contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes.

11.1.1 O Contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o Contrato não mais lhe oferece vantagem (art. 106, inc. III, da Lei Federal nº 14.133/2021).

11.1.1.1 Na hipótese de que trata a subcláusula 11.1.1, a extinção ocorrerá na próxima data de aniversário do Contrato, condicionada à intimação da Contratada sobre a não continuidade do pacto com, no mínimo, 2 (dois) meses de antecedência da referida data (art. 106, §1°, da Lei Federal nº 14.133/2021).

11.1.1.1.1 Caso a intimação de que trata a subcláusula 11.1.1.1 ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário do Contrato, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

11.2. O Contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.2.1. A extinção do contrato poderá ser:

a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta (arts. 138, inc. I, e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021);

b) consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração (art. 138, inc. II, da Lei Federal nº 14.133/2021);

c) determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial (art. 138, inc. III, da Lei Federal nº 14.133/2021).

11.2.2. A alteração social, da finalidade ou da estrutura da empresa Contratada não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o Contrato (art. 137, inc. III, da Lei Federal nº 14.133/2021).

11.2.2.1. Se a alteração de que trata a subcláusula 11.2.2 implicar mudança da pessoa jurídica Contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.2.3. O Contrato será extinto caso se constate que a Contratada mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou da entidade Contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do Contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inc. IV, da Lei Federal nº 14.133/2021).

11.3 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:

a) balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

b) relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

c) indenizações e multas.

11.4 A extinção do Contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, observada a Cláusula Sétima deste Contrato, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131 da Lei Federal nº 14.133/2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 As despesas para o pagamento do presente Contrato correrão à conta de recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada (art. 92, inc. VIII, da Lei Federal n° 14.133/2021):

Unidade FIPLAN	Função	Subfunção		Programa	P/A/OE
38.101 - APG	14	126		502	2002
Região/planejamento	**Natureza da despesa**	**Destinação do recurso**	**Tipo de recurso orçamentário**		
99	3.3.90.40.000	1.500.0.100.000000.00.00.00			

12.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e a liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1 Eventuais alterações contratuais se regerão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.2 A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, de até 50% (cinquenta por cento), no caso de reforma de edifício ou de equipamento (art. 125 da Lei Federal n° 14.133/2021).

13.3 As alterações unilaterais não poderão transfigurar o objeto da contratação (art. 126 da Lei Federal n° 14.133/2021).

13.4 Caso o Contrato não contemple preços unitários para obras ou serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos na subcláusula13.2 (art. 127 da Lei Federal n° 14.133/2021).

13.5 Nas alterações contratuais para supressão de obras, bens ou serviços, se a Contratada já houver adquirido os materiais e os colocado no local dos trabalhos, estes deverão ser pagos pela Administração pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente reajustados, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados (art. 129 da Lei Federal n° 14.133/2021).

13.6 Caso haja alteração unilateral do Contrato que aumente ou diminua os encargos da Contratada, a Administração deverá restabelecer, no mesmo termo aditivo, o equilíbrio econômico-financeiro inicial (art. 130 da Lei Federal n° 14.133/2021).

13.7 Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados (art. 134 da Lei Federal nº 14.133/2021).

13.8 Nas contratações de obras e serviços de engenharia, a diferença percentual entre o valor global do Contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor da Contratada em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária (art. 128 da Lei Federal nº 14.133/2021).

13.9 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação do órgão de assessoramento jurídico do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei Federal nº 14.133/2021).

13.10. Registros que não caracterizam alteração do Contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, conforme art. 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

15.1. Fica pactuado que os atos de comunicação processual com a Contratada poderão ser realizados por meio eletrônico, na forma da Lei nº 12.209/2011 e do Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.

15.1.1. A Contratada deverá manter atualizado o endereço eletrônico cadastrado no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, para efeito do recebimento de notificação e intimação de atos processuais, conforme Decreto nº 17.983, de 24 de outubro de 2017, devendo atender às convocações da Administração para a prática de atos nos prazos indicados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

16.1 As partes se comprometem a cumprir a Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), bem como regras e regulamentos que lhe forem aplicáveis e que tenham por objeto os dados pessoais tratados no âmbito do objeto contratado.

16.2 A Contratada deverá utilizar os dados pessoais recebidos em função do objeto do Contrato somente para a finalidade pactuada, não podendo, em caso algum, utilizar esses dados pessoais para finalidade distinta, sob pena de extinção imediata da contratação.

16.3 A Contratada se obriga a não armazenar, arquivar, reproduzir, transmitir, distribuir, transferir ou de qualquer forma compartilhar os dados pessoais disponibilizados pelo Contratante com terceiros, salvo nas hipóteses legalmente previstas.

16.4 Em caso de incidente de vazamento de dados pessoais, a Contratada deverá enviar comunicação ao Contratante, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contado a partir da ciência do vazamento, contendo, no mínimo, as seguintes informações: a) data e hora do incidente; b) data e hora da ciência pela Contratada; c) relação dos tipos de dados afetados pelo incidente; d) relação de titulares afetados pelo incidente; e e) indicação de medidas que estiverem sendo tomadas para sanar e mitigar o incidente, bem como para reparar eventuais danos e evitar novos incidentes.

16.5 O Contratante deverá ser informado no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela Contratada.

16.6 A Contratada deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres desta Cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

16.7 Encerrado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da Contratada eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

16.8 A Contratada deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações sobre os dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

16.9 Em caso de descumprimento de qualquer obrigação prevista nesta Cláusula, a Contratada ficará sujeita à integral responsabilização, inclusive por perdas e danos, aplicação das sanções cabíveis e da extinção do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 Constatada irregularidade no procedimento licitatório, de contratação direta ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do Contrato observará o disposto no art. 147 da Lei Federal nº 14.133/2021.

17.2 O Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato.

17.3 Os casos omissos serão dirimidos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021, na Lei nº 14.634/2023 e demais normas aplicáveis.

17.4 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Contrato, será observado o art. 183 da Lei Federal nº 14.133/2021 e o art. 67 da Lei nº 14.634/2023.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1 As partes elegem o Foro da Cidade do Salvador, Estado da Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para solucionar quaisquer dúvidas oriundas deste instrumento que não puderem ser dirimidas por quaisquer dos meios alternativos de resolução de controvérsias de que trata a Lei Federal nº 14.133/2021.

Salvador/Ba, 14 de outubro de 2026.

CONTRATANTE
Felipe da Silva Freitas
SECRETARIA DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS

CONTRATADA
ROBERMARLEI DOS SANTOS OLIVEIRA
ROMA TECNOLOGIA E SISTEMAS DIGITAIS LTDA

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PROPOSTA DA CONTRATADA

FORMULÁRIO DE DISPENSA

ANEXO II

ANÁLISE DE RISCO

Documento assinado eletronicamente por **Gilvanda Santos Silva**, **Coordenador III**, em 14/10/2026, às 15:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.

Documento assinado eletronicamente por **Robermarlei dos Santos Oliveira**, **Usuário Externo**, em 14/10/2026, às 16:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.

Documento assinado eletronicamente por **Felipe da Silva Freitas**, **Secretário**, em 16/10/2026, às 17:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **00151718784** e o código CRC **5EE624EC**.

Referência: Processo nº 082.17204.2024.0003145-82 SEI nº 00151718784

DIÁRIO OFICIAL
República Federativa do Brasil - Estado da Bahia
SALVADOR, **TERÇA-FEIRA**, 20 DE OUTUBRO DE 2026 - ANO CXI - Nº 24.502

07.168.075/0001-25. Objeto: aquisição de Material de Consumo (LIVRO, impressão acabamento gráfico e encadernação de capa, miolo) nas condições estabelecidas no Termo de Referência e Habilitação (TR/Habilitação). Valor global: R$ 43.989,00. Vigência: 12 (doze) meses, a contar da data da (x) assinatura do Contrato. Assinatura: 13/10/2026ROBÉRIO RODRIGUES SILVA - REITOR

Res. do Termo Aditivo
Nº 06 ao Contrato Nº. 083/2022 - UESB/ TECNOGUARD LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 03.983.379/0001-95. Constitui objeto do presente Termo Aditivo a prorrogação do prazo do Contrato por mais 12 (doze) meses com termo inicial em 24/11/2026 e termo final previsto para 24/11/2027. Assinatura: 14/10/2026. ROBÉRIO RODRIGUES SILVA - REITOR

Res. de Apostilamento de Contrato:
nº. 04, **ao Contrato nº. 018/2024**. Processo SEI-Ba nº. 072.9845.2026.0031010-23. Contratante: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Contratada: DIGICOPY DIGITAL COPIADORAS LTDAO REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar o APOSTILAMENTO do valor de R$ 17.018,00 (dezessete mil e dezoito reais) ao Contrato nº 018/2024, publicado no Diário Oficial do Estado - D.O.E. de 26 de abril de 2024, que tem como objeto a prestação de serviços de reprografia, para atender reprodução de material didático do Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica - PARFOR, considerando as informações constantes no Processo SEI nº 072.9845.2026.0031010-23.Permanecem inalteradas e ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no Contrato nº 018/2024. ROBÉRIO RODRIGUES SILVA - REITOR

Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC

RESUMO DE CONTRATO - UESC
Nº 089/2026: Contrato que entre si fazem a UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ - UESC e a ELCELAB PRODUTOS PARA LABORATORIOS EIRELI LTDA; **PROC. SEI BA Nº** 073.6798.2026.0016308-17; **PE nº** 070/2026 **OBJETO:** Aquisição de **material hospitalar**; **Valor:** R$ **2.121**,**40** (dois mil cento e vinte e um reais e quarenta centavos).; D.O 11304.0001 .12.364.424.6631.5700.33903000.1500011400.1 11304.0001.12.364.424.6908.5700.33903000. 1500011400.1Prazo **de vigência:** 180 dias; **Assinatura:** 19/10/2026. **Nº 090/2026: Contrato que entre si fazem a UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ - UESC e a ZOE MED COMERCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA**; **PROC. SEI BA Nº** 073.6798.2026.0016308-17; **PE nº** 070/2026 **OBJETO:** Aquisição de **material hospitalar**; **Valor:** R$ **55.437**,**76** (cinquenta e cinco mil quatrocentos e trinta e sete reais e setenta e seis centavos) ; D.O 11304.0001.12.364.424.6631.5700.33903000.1500011400.1 11304.0001. 12.364.424.6908.5700.33903000.1500011400.1Prazo **de vigência:** 180 dias; **Assinatura:** 19/10/2026. **Nº 091/2026: Contrato que entre si fazem a UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ - UESC e a EXCELENCIA SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA**; **PROC. SEI BA Nº** 073.6798.2026.0007632-36; **PE nº** 069/2026 **OBJETO:** Aquisição de **materiais de consumo diversos para construção civil**; **Valor:** R$ **9.645**,**74** (nove mil seiscentos e quarenta e cinco reais e setenta e quatro centavos); D.O 11304.0001.12.364.424.7871.5700.33903000.15 0001140.1Prazo **de vigência:** 12 meses; **Assinatura:** 19/10/2026.

SECRETARIA DA FAZENDA

RESUMO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO SF/PS/DM/66/2023 - 1.TA-01.2026: 2.Contratante: Estado da Bahia/SEFAZ; **3.Contratada:** BRASPE RECURSOS HUMANOS EIRELI; **4.Objeto**: prestação de serviços Terceirizado de Conservação e Limpeza; **5.Valor:** R$ 790.773,72 global estimado; **6.Modalidade:** Pregão Eletrônico RP 09.009 PE nº 032/2023, Processo Administrativo nº 09.0234.2022.0036849-20; **7.Adita**: prorrogação do prazo de vigência do Contrato original, por mais 12 (doze) meses, contados a partir de 23/11/2026 a 22/11/2027; **8.Assinam:** Manoel Vitório da Silva Filho - Secretário da Fazenda, Hermolau Perez Esteves - Representante; **9.Data:** 19/10/2026.

RESUMO DO 12º TERMO ADITIVO AO CONTRATO SF/PS/DA/39/21 - 1.TA-02/26; **2.Contratante:** Estado da Bahia/SEFAZ; **3.Contratada:** G4F SOLUÇÕES CORPORATIVAS LTDA; **4.Objeto:** prestação de serviços de desenvolvimento e sustentação de sistemas de informação com utilização de práticas ágeis, análise e modelagem de processos, e concepção, produção e implementação de interfaces web, LOTE I; **5.Valor:** R$ 33.284.379,60 global estimado; **6.Modalidade:** Pregão Eletrônico nº 008/2021, Processo Administrativo SEI nº 013.1413.2020.0024260-85; **7.Adita:** Fica prorrogado excepcionalmente o prazo do Contrato original por mais 12 (doze) meses, contado a partir de 22/10/2026 a 21/10/2027; **8.Assinam:** Manoel Vitório da Silva Filho - Secretário da Fazenda, Elmo Tolêdo Lacerda - Representante; **9.Data:** 19/10/2026.

RESUMO DO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO SF/PS/DA/40/23 - 1.TA-02/26; **2.Contratante:** Estado da Bahia/SEFAZ; **3.Contratada:** VS DATA COMÉRCIO & DISTRIBUIÇÃO LTDA; **4.Objeto:** Prestação de Serviços de Atualização, Garantia e Suporte Técnico para Softwares Red Hat Linux; **5.Valor:** R$ 249.894,80 global anual estimado; **6.Modalidade:** Pregão Eletrônico no 022/2023, Processo Administrativo SEI nº 013.1415.2023.0019666-79; **7.Adita:** reajuste de preços com base no índice INPC/IBGE no percentual de 4,38% a ser aplicado a partir de 15/06/2026, o montante decorrente das diferenças apuradas em razão do reajuste concedido soma aproximadamente R$ 10.486,10; **8.Assinam:** Manoel Vitório da Silva Filho - Secretário da Fazenda, Julio Eduardo Costa Santos - Representante; **9.Data:** 19/10/2026.

Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A – DESENBAHIA

RESUMO TERCEIRO ADITIVO
Contratante: DESENBAHIA - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S/A - **Contratada:** OG BRINDES PROMOCIONAIS EIRELI - **Objeto:** Prorrogação do prazo de vigência do contrato, referente ao fornecimento, sob demanda, de itens promocionais: mouse pads personalizados. - **Valor unitário:** R$ 12,57 - **Prazo:** 12 (doze) meses - **Processo SEI** 102.0835.2023.0000076-14 - **Processo Administrativo** nº 079/2023 - **Modalidade:** Modo de Disputa Aberto Eletrônico nº 015/2023 - **Assinatura:** 13/10/2026 - Salvador, 19 de outubro de 2026.

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA E SANEAMENTO

Companhia de Engenharia Hídrica e de Saneamento da Bahia – CERB

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA E SANEAMENTO - SIHS
COMPANHIA DE ENGENHARIA HÍDRICA E DE SANEAMENTO DA BAHIA - CERB

Extrato de Contrato nº 109/2026. Processo Sei nº 039.0798.2026.0002965-18. Partes: CERB e Compac Engenharia Ltda. Objeto: Contratação de Empresa Especializada para Execução de Obras para Implantação de 17 (dezessete) Sistemas de Abastecimento de Água, padrão CERB pssaa_06, com Trabalho Técnico e Social - PTS, em diversas localidades, nos municípios de Alcobaça, Itamaraju, Mascote, Medeiros Neto, Porto Seguro, Prado, Santa Cruz de Cabrália e Teixeira de Freitas, atendidos pela Regional de Teixeira de Freitas no Estado da Bahia. Fundamento: Licitação Pública nº 2026019. Valor Global: R$ 8.490.660,28. Prazo de execução é de 210 dias, iniciando-se a partir do 7º dia após a Ordem de Serviço expedida pela CERB. Prazo de vigência será de 330 dias, iniciando-se a partir do dia útil seguinte à assinatura do contrato pela CERB. Data da Assinatura: 16/10/2026. Larissa Gomes Moraes - Diretora Presidente -CERB.

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA E SANEAMENTO - SIHS
COMPANHIA DE ENGENHARIA HÍDRICA E DE SANEAMENTO DA BAHIA - CERB

Extrato de Contrato nº 106/2026. Processo Sei nº 039.0798.2026.0003676-36. Partes: CERB e a BNA Engenharia Ltda. Objeto: Contratação de empresa especializada para execução das obras do sistema integrado de abastecimento de água, nas localidades de Pé de Serra, Fazenda Barreiras, Assentamento Nova União, Assentamento Janaina, Assentamento Bonfim, Assentamento São Lourenço /Pindorama e Fazenda Britos, no município de Sebastião Laranjeiras, no Estado da Bahia. Fundamento: Licitação Pública nº 2026029. Valor: R$ 7.249.918,83. Prazos: 360 dias, iniciando-se a partir do 7º dia após a ordem de serviço expedida pela CERB à empresa CONTRATADA e Vigência: 480 dias, iniciando se a partir do dia útil seguinte a assinatura do Contrato pela CERB. Data da Assinatura: 19/10/2026.Larissa Gomes Moraes -Diretora Presidente -CERB

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA E SANEAMENTO - SIHS
COMPANHIA DE ENGENHARIA HÍDRICA E DE SANEAMENTO DA BAHIA - CERB

Extrato do Termo Aditivo nº 123/2026 ao Contrato nº 046/2025 - Processo SEI n° 039.0812.2026.0006441-34. Partes: CERB e a Pacto Projetos & Obras Ltda. Objeto: Alterações quantitativas, em decorrência das modificações promovidas por meio do PAD 01 nos seguintes termos: ACRÉSCIMO de 19,01%, equivalente ao valor de R$ 1.393.898,08 e SUPRESSÃO de 1,79%, correspondente ao valor de R$ 130.910,16. Em razão das alterações o valor global do contrato atualizado passa a ser de R$ 8.593.653,30. Data da Assinatura: 16/10/2026.Larissa Gomes Moraes/Diretora Presidente/CERB

SECRETARIA DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS

RESUMO DE CONTRATO
Processo: SEI nº 082.17204.2024.0003145-82.
Contrato SJDH nº 23/2026 - Dispensa de Licitação - INEXIGIBILIDADE nº 014/2026
Contratante: **ESTADO DA BAHIA/SECRETARIA DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS**
Contratada: EMPRESA ROMA TECONOLOGIA E SISTEMAS DIGITAIS, CNPJ: 45.542.020/0001-22.
Objeto: a Contratação especializada na prestação e serviços para adaptação, correção ou evolução do sistemas informatizados Passe Livre Intermunicipal, CIPTEA e Pandora, compreendendo analise, projeto, implementação, testes, treinamento e implantação, nas condições estabelecidas no Termo de Referência (art. 92, inciso I da Lei Federal nº 14.133, de 2021).
Valor Global: Estima Estima-se para o Contrato o valor global de **R$ 65.220,00 (sessenta e cinco mil duzentos e vinte reais).**
Prazo: O prazo de vigência do Contrato é de **12 (doze) meses**, a contar da data da **assinatura do Contrato**, prorrogável até atingir o limite de 10 anos, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei Federal n° 14.133/2021.

CÓPIA - Consulte informação oficial em www.dool.egba.ba.gov.br

Dotação Orçamentária: Unidade FIPLAN: 38.101 - APG, UG: 0001, **Função**: 14 , **Subfunção**: 126, **Programa**: 502, **Atividade**: 2002, **Região**: 99, **Natureza da Despesa**: 3.3.90.40.000, **Destinação do recurso:** 1.500.0.100.000000.00.00.00.
Base Legal: Lei n°. 14.634, de 28 de novembro de 2023, pela Lei Federal nº 14.133, bem como pela legislação específica.
Setor Responsável pela Gestão Contratual: COORDENAÇÃO DE GESTÃO ORGANIZACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - CGOTIC.
Gestor: **Murilo César Ferreira Barbosa** - matricula: **09444102**
Fiscais: Luiz Alfredo Couto Domingues - matricula: **92099394 e André Luiz Floquet Paim** - matricula: **92085529**
Assinatura: 16 de outubro de 2026, Salvador - BA.
Secretário - Felipe da Silva Freitas.

RESUMO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 19/2024
PROCESSO: 082.17207.2026.0000078-02.
CONTRATANTE: O Estado da Bahia através da **SECRETARIA DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS**.
CONTRATADA: **PERFIL TERCEIRIZAÇÃO E SERVIÇOS LTDA**, CNPJ/CPF nº 22.487.080/0001-94.
OBJETO: o reajustamento dos preços, considerando o **CCT/2025/2026**, o aniversário da proposta ocorrido em **04/06/2026** e a variação do **INPC/IBGE2024/2025** nos percentuais de **5,20**%, respectivamente, conforme o art. 144 c/c art. 146 da Lei nº 9.433/05.
VALOR: INPC2024/2025 - §**1º** Em razão da alteração firmada no caput da Cláusula Primeira deste aditivo, o valor mensal estimado do contrato para o posto de **Transporte CNH B - Veículos Leves** passou de **R$ 4.375**,**88** (quatro mil trezentos e setenta e cinco reais e oitenta e oito centavos), para **R$ 4.677**,**15** (quatro mil seiscentos e setenta e sete reais e quinze centavos), o posto de **Transporte CNH D - Caminhão 15m3** passou de **R$ 4.540**,**24** (quatro mil quinhentos e quarenta reais e vinte e quatro centavos), para **R$ 4.853**,**75 (quatro mil oitocentos e cinquenta e três reais e setenta e cinco centavos)** o posto de **Supervisão** passou de **R$ 4.818**,**54** (quatro mil oitocentos e dezoito reais e cinquenta e quatro centavos) para **R$ 5.153**,**23** (cinco mil cento e cinquenta e três reais e vinte e três centavos), (INPC/IBGE 2024/2025), resultante da multiplicação do quantitativo acima indicado pelo preço unitário revisado. **CCT2025/2026** - §**1º** Em razão da alteração firmada no caput da Cláusula Primeira deste aditivo, o valor mensal estimado do contrato até o final da vigência contratual passará de **R$ 14.684**,**13** (quatorze mil seiscentos e oitenta e quatro reais e treze centavos), para **R$ 15.737**,**36** (quinze mil setecentos e trinta e sete reais e trinta e seis centavos) resultante da multiplicação do quantitativo acima indicado pelo preço unitário revisado.
Dotação Orçamentária: **U.O**: 38.101 - APG, **U.G**: 0001, **Função**: 14, **Subfunção**: 122 **Programa**: 502, **Atividade**: 2000, **Região**: 99, **N.D**: **3.3.90.37.000 e 3.3.90.92.000**, **D.R**: 1 **1.500.0.100.000000.00.00.00.**
Base Legal: 144 c/c art. 146 da Lei nº 9.433/05.
Assinatura: 16 de outubro 2026.
Secretário - Felipe da Silva Freitas.

RESUMO DA APOSTILA Nº 33/2026
Processo: nº 082.17207.2026.0000096-86,
O Exmo. Sr. Secretário de Justiça e Direitos Humanos, **Dr. FELIPE DA SILVA FREITAS**, no uso de suas atribuições, autorizado pelo Decreto publicado no D.O.E., edição de 30 de outubro de 2024, e considerando o disposto no § 8º, do art. 143 da Lei 9.433/05,
RESOLVE: Apostilar a **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO** do 7º Termo Aditivo ao **Contrato nº 14/2023**, passando a vigorar conforme abaixo discriminado: **Parágrafo Único**: Fica concedida a revisão dos preços contratados, perfazendo um total de **R$ 11.013**,**70** (onze mil treze reais e setenta centavos), relativos às diferenças decorrentes do Reajuste pelo INPC/IBGE 2024/2025 e da revisão decorrente da MP nº 12.797, período de 01/01/2026 a 31/03/2026, no âmbito do **Contrato nº 14/2023**, passando a vigorar com os valores a seguir discriminados:
1 - Reajuste pelo INPC/IBGE 2024/2025, Período de 04/08/2025 a 31/12/2025: **R$ 2.084,49 (dois mil oitenta e quatro reais e quarenta e nove centavos).**
2 - Revisão decorrente da MP nº 12.797, Período de 01/01/2026 a 31/03/2026: **R$ 8.929**,**21 (oito mil novecentos e vinte e nove reais e vinte e um centavos).**
Salvador/BA: 16 de outubro de 2026.
Secretário: Felipe da Silva Freitas.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

RESUMO DO CONTRATO N.º 016/2026
Processo n.º 027.1444.2026.0002825-14. Dispensa de Licitação de n.º 100/2026. Contratante: O **ESTADO DA BAHIA** através da **SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE - SEMA**. Contratada: **EMPRESA ASGT COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**. Objeto: É a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de suporte administrativo e operacional a prédios públicos - recepção V, executada com regime de dedicação exclusiva de mão de obra. Vigência: 12 (doze) meses a contar da data de 19 de Outubro de 2026. Valor Global: R$663.843,75 (seiscentos e sessenta e três mil, oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos). Unidade Orçamentária: 27.101/0001. Projeto/Atividade:
18.122.502.2000. Elemento de Despesa 3.3.90.37.000. Destinação de Recursos: 1.709.0.109.000000.00.00.00, 1.708.0.109.000000.00.00.00 e 1.500.0.100.000000.00.00.00. Fonte de Recurso: 109 e 100. Data da assinatura: 19/10/2026. Eduardo Mendonça Sodré Martins. Secretário do Meio Ambiente - SEMA.

RESUMO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 019/2023
Processo n.º 027.1434.2025.0003521-59. Contratante: O **ESTADO DA BAHIA**, por intermédio da **SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE - SEMA.** Contratada: **EMPRESA DECOLANDO TURISMO E REPRESENTAÇÕES LTDA.** Objeto: A prorrogação do prazo de vigência do contrato indicado no preâmbulo, por mais 12 (doze) meses, com início em 22 de novembro de 2026 e término em 22 de novembro de 2027. Data da assinatura: 16/10/2026. Eduardo Mendonça Sodré Martins. Secretário do Meio Ambiente - SEMA.

Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - INEMA

RESUMO DO CONTRATO Nº. 037/2026. DISPENSA EMERGENCIAL DE LICITAÇÃO N° 002/2026. PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 046.13122.2026.0029864-81, QUE ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS - INEMA E A EMPRESA **GLOBAL EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA**. OBJETO: SUPORTE ADMINISTRATIVO E OPERACIONAL A PRÉDIOS PÚBLICOS. VALOR GLOBAL: R$ 235.152,00 (DUZENTOS E TRINTA E CINCO MIL CENTO E CINQUENTA E DOIS REAIS). DOTAÇÃO: PROJETO: 4616. ELEMENTO: 3.3.90.39.000; FONTE: 1.501.0.213.000000.00.00.00 // 1.753.0.148.000000.00.00.00 // 1.500.0.100.000000.00.00.00. REGIME DE EXECUÇÃO - EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO. FORMA DE PAGAMENTO - BOLETO COM CÓDIGO DE BARRAS. VIGÊNCIA: 06 (SEIS) MESES. DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 19/10/2026. ASSINATURAS: EDUARDO FARIAS TOPÁZIO - CONTRATANTE E SRA FRANCIANE PITANGA ALMEIDA - CONTRATADA.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI

RESUMO DO CONTRATO Nº 11/2026
PROCESSO SEI nº 037.1769.2025.0000026-32. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2026. **CONTRATANTES**: SEI, e MONT FRIO REFRIGERACAO LTDA. **OBJETO:** Manutenção preventiva e corretiva e de reparo de condicionadores de Ar, com reposição eventual de peças, acessórios e lubrificantes. **VIGÊNCIA**: 12 (doze) meses contados da subscrição da Autorização de Prestação de Serviços - APS. **VALOR GLOBAL:** R$ 47.998,80(quarenta e sete mil, novecentos e noventa e oito reais e oitenta centavos).**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: Unidade Orçamentária: 17.301; Unidade Gestora: 0001; Atividade: 2000; Natureza da Despesa: 33.90.39.000; Destinação de Recurso: 1.500.0.100.000000.00.00.00. **DATA DA ASSINATURA**: 16/10/2026. ASSINAM: JOSÉ ACÁCIO DE ALMEIDA FERREIRA - pela SEI e SERGIO SOARES SANTOS pela MONT FRIO.

AVISO DE PUBLICAÇÃO DO DISTRATO AO CONTRATO Nº 05/2026
PROCESSO SEI nº 037.1769.2025.0000026-32. **PARTES**: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA - SEI e a MONT FRIO REFRIGERACAO LTDA. **OBJETO**: Rescindir amigavelmente, a partir da data da assinatura o Contrato nº 05/2026. BASE LEGAL: Art. 138, inciso II, e o caput / § único do art. 138 da Lei Federal nº 14.133/2021. **DATA DA ASSINATURA**: 16/10/2026. **ASSINAM:** JOSÉ ACÁCIO DE ALMEIDA FERREIRA - pela SEI e SÉRGIO SOARES SANTOS - pela MONT FRIO.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

RESUMO DA APOSTILA Nº 009/2026
Processo: 042.0630.2025.0000320-78**. CONTRATO:** nº 002.25.4A.PS.0 **CONTRATANTE:** Estado da Bahia e a Secretaria de Políticas para as Mulheres - SPM. **CONTRATADA:** Companhia de Processamento de Dados do Estado da Bahia - PRODEB. Objeto: Designação da servidora Ariadene de Oliveira Alves, matrícula nº 92.189.286, para exercer a função de Fiscal do Contrato, em substituição à servidora Adriana Santiago Amaral, em decorrência de sua solicitação de desligamento. Permanecem ratificadas e inalteradas as demais condições anteriormente pactuadas. **Data de Assinatura**: 19/10/2026. Assinatura: Camilla Lima Batista.

SECRETARIA DA SAÚDE

RESUMO DA 3ª APOSTILA AO CONTRATO DE GESTÃO Nº 009/2024
Processo nº 019.5120.2025.0171412-20 - Contratante: Estado da Bahia, por intermédio da Secretaria da Saúde - Contratada: Santa Casa de Misericórdia de Ruy Barbosa - SCMRB. Objeto: Concessão de reajuste de 5,32% sobre a parcela relativa ao custo de pessoal, com efeitos financeiros a partir de maio de 2025, conforme as negociações coletivas das categorias profissionais, bem como de 5,03% sobre os demais elementos de custo do contrato, com efeitos financeiros a partir de setembro de 2025, em razão da variação acumulada do IPCA/IBGE no período compreendido entre setembro de 2024 e setembro de 2025, alterando o valor mensal estimado para **R$ 12.060.458**,**21** (doze milhões, sessenta mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais e vinte e um centavos). Data da Assinatura: 16/10/2026.

TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PE Nº 245/2025 CONTRATANTE: GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, por intermédio da SESAB,